



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**MONIELE DE FÁTIMA DINIZ**

**O TRABALHO INFORMAL DE EXTRAÇÃO DE CAULIM NO MUNICÍPIO DE  
TENÓRIO-PB: UM ESTUDO À LUZ DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2019**

MONIELE DE FÁTIMA DINIZ

**O TRABALHO INFORMAL DE EXTRAÇÃO DE CAULIM NO MUNICÍPIO DE  
TENÓRIO-PB: UM ESTUDO À LUZ DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Administração.

**Área de concentração:** Administração Política.

**Orientador:** Prof.º Dr.º Geraldo Medeiros Júnior.

**CAMPINA GRANDE – PB  
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

D585t Diniz, Moniele de Fátima.  
O trabalho informal de extração de caulim no município de Tenório - PB [manuscrito] : um estudo à luz da administração política / Moniele de Fatima Diniz. - 2019.  
29 p.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2019.  
"Orientação : Prof. Dr. Geraldo Medeiros Júnior, Departamento de Administração e Economia - CCSA."  
1. Administração política. 2. Trabalho informal. 3. Mercado de trabalho. 4. Garimpeiros. I. Título

21. ed. CDD 331

MONIELE DE FÁTIMA DINIZ

O TRABALHO INFORMAL DE EXTRAÇÃO DE CAULIM NO MUNICÍPIO DE  
TENÓRIO-PB: UM ESTUDO À LUZ DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado ao Departamento do Curso de  
Administração da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do  
Título de Bacharel em Administração.

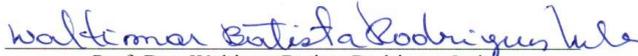
Área de concentração: Administração Política.

Aprovada em: 19/06/2019.

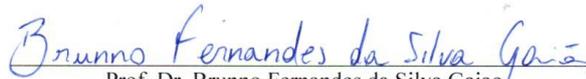
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Geraldo Medeiros Junior (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Waltimar Batista Rodrigues Lula  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Brunno Fernandes da Silva Gaio  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico esse trabalho a todos aqueles que, assim como os trabalhadores do caulim, precisam submeter-se todos os dias em atividades precárias e degradantes, na luta pela sobrevivência.

“Entrega o teu caminho ao Senhor; confia nele, e Ele o mais fará”.  
Salmo 37.5

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>8</b>  |
| <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>  | <b>8</b>  |
| 2.1 A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA COMO UM NOVO CAMPO DO SABER.....   | 8         |
| 2.2 IMPLICAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO DURANTE O PERÍODO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL: 1930-1980..... | 9         |
| 2.3 CONFIGURAÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO PÓS ANOS 2000 .....   | 11        |
| 2.4 CARACTERÍSTICAS RECENTES DO MERCADO DE TRABALHO NA PARAÍBA  | 13        |
| 2.5 SOBRE O TRABALHO NA EXTRAÇÃO DO CAULIM.....   | 16        |
| <b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>   | <b>18</b> |
| <b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>  | <b>18</b> |
| 4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TENÓRIO-PB.....  | 18        |
| 4.2 UMA ANÁLISE DO TRABALHO INFORMAL DESENVOLVIDO NA EXTRAÇÃO DE CAULIM DO MUNICÍPIO DE TENÓRIO-PB .....          | 19        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>24</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>25</b> |

# **O TRABALHO INFORMAL DE EXTRAÇÃO DE CAULIM NO MUNICÍPIO DE TENÓRIO-PB: UM ESTUDO À LUZ DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA**

## **THE INFORMAL WORK OF EXTRACTING KAOLIN IN THE CITY OF TENÓRIO-PB: A STUDY REGARDING POLITICAL ADMINISTRATION**

Moniele de Fátima Diniz<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Em uma perspectiva da administração política, esse trabalho apresentou como o mercado de trabalho brasileiro se comportou em diferentes períodos, bem como algumas características recentes do mercado de trabalho na Paraíba, tendo em vista que alguns de seus municípios, principalmente de pequeno porte, não possuem uma dinâmica econômica expressiva, levando esses municípios a desempenharem atividades de baixa produtividade, atividades informais e até mesmo ilegais. Desse modo, o objetivo geral do presente trabalho foi analisar o trabalho informal desenvolvido pelos garimpeiros que atuam na extração de caulim no município de Tenório-PB. A pesquisa tem uma dimensão qualitativa. Foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o tema proposto, além de uma pesquisa de campo onde foram entrevistadas, por meio de entrevistas semiestruturadas, dezesseis pessoas envolvidas na atividade de extração de caulim no município de Tenório. Os resultados foram alcançados por meio de análise de conteúdo. Como principais resultados tem-se que esses garimpeiros desenvolvem uma atividade precária, na qual se sentem explorados e estão constantemente expostos a acidentes de trabalho visto que não usam equipamentos de segurança. Recebem baixos salários, não gostam de desempenhar a atividade, porém não encontram alternativas. Dessa forma, se faz necessário a atuação do Estado de modo que o mercado não haja livremente; procurando medidas para diminuir os impactos negativos da atividade de extração de caulim, bem como buscando alternativas para potencializar a atividade formal na Paraíba, tendo em vista que se constitui uma atividade importante para os municípios menos dinâmicos, mas que gera intensas desigualdades.

**Palavras-chave:** Administração política. Trabalho informal. Mercado de trabalho. Garimpeiros

### **ABSTRACT**

This work presents how the Brazilian job market behaved in different periods as well as some recent characteristics from Paraíba's job market in a political administrative perspective. Having in consideration that Paraíba has some cities, specially of small size, that don't possess expressive economical dynamics. Therefore, forcing those cities to perform low productive activities, informal activities, and even illegal activities. As such, the general objective of this work was to analyze the informal work performed by miners that work extracting kaolin in the city of Tenório-PB. This research has a qualitative aspect. It was conducted a bibliographic research over the proposed theme and an empirical research by interviewing, through semi-structured interviews, sixteen people currently working in the

---

<sup>1</sup>Aluna de Graduação em Administração na Universidade Estadual da Paraíba - Campus I. E-mail: dinizmoniele@gmail.com

extraction of kaolin in the city of Tenório. The results were obtained due to the content analysis. As conspicuous results, it is shown that miners are developing a precarious activity, where they feel exploited and in constant danger of possible work accidents due to the fact they do not wear safety equipment. They are paid poorly, they do not like to perform the activity, but they were not able to find other alternatives. In this way, it is necessary for the State to intervene in a way so that the market cannot act freely; Searching for measures to diminish the negative impacts from the kaolin extraction activity, as well as searching for alternatives to develop the potential of the formal activity in the State of Paraíba, as we have to bear in mind that it is an important activity from the less dynamic cities and it generates great inequalities.

**Keywords:** Political administration. Informal work. Job market. Miners.

## 1 INTRODUÇÃO

Após uma série de estudos revisitando os clássicos da administração, entre eles Frederick Winslow Taylor, Dwight Waldo, Alberto Guerreiro Ramos, entre outros, Santos (2009) constata que há um equívoco no que diz respeito ao objeto da administração, entendida como sendo a organização. No entanto, a administração política rompe com essa limitação da administração e compreende como sendo a gestão, o objeto que traz autonomia a ciência administrativa.

Dessa forma, a administração política está preocupada com a gestão da materialidade das relações sociais para chegar a uma dada finalidade (SANTOS, 2009). Devido à incapacidade técnica e política do capitalismo em desenvolver as condições necessárias para o bem-estar de todos, cabe ao Estado, com suas relações expressas entre a sociedade e o mercado, o papel de gestor de um projeto de nação que leve ao bem-estar de toda a sociedade.

Nesse contexto, o Brasil vivenciou um intenso processo de industrialização de 1930 a 1980, com o Estado sendo o responsável por conduzir o desenvolvimento econômico, atuando como interventor e regulador. Esse período influenciou o mercado de trabalho brasileiro incorporando na indústria, no setor público e privado uma parcela da mão de obra disponível para o mercado de trabalho.

No entanto, ao final desse processo ainda envolvia uma série de contradições com desigualdades regionais, mercado de trabalho com elevadas taxas de informalidade e precariedade, exclusão social entre outras (SANTOS; GIMENEZ, 2018). Mesmo com as melhoras observadas a partir dos anos 2000, observa-se que a conjuntura econômica e política do Brasil ainda sofrem medidas que afetam principalmente a classe trabalhadora brasileira.

Em relação ao mercado de trabalho na Paraíba, é possível observar que mesmo com algumas melhoras ocorridas nas últimas décadas, tanto no campo econômico quanto no campo social, ainda há uma enorme dificuldade em gerar emprego e renda e, associados à baixa qualificação da mão de obra (ANJOS, 2016), principalmente nos municípios de pequeno porte, a exemplo o município de Tenório, essa questão se torna ainda mais difícil.

Assim, com a pouca dinâmica econômica da maioria dos municípios do Estado e sem condições para atuar no mercado de trabalho formal, muitas pessoas acabam migrando para o mercado de trabalho informal e desenvolvendo atividades precárias e até mesmo ilegais, como é o caso dos garimpeiros que atuam na extração de caulim no município de Tenório, na Paraíba. Sendo assim, buscou-se, nesse trabalho, analisar o trabalho informal desenvolvido pelos garimpeiros que atuam na extração de caulim no município de Tenório-PB.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA COMO UM NOVO CAMPO DO SABER

A administração política surge da inquietude em construir bases teórico-metodológicas para compreender o novo/velho campo da administração. A confusão que se forma acerca do que vem a ser o objeto da administração, considerado por muitos profissionais como sendo a organização, acaba ficando pautada na eficiência dos processos administrativos, no aumento dos rendimentos da organização, sem se preocupar, assim, com questões mais amplas.

Destarte, a administração política considerando ser a gestão, e não a organização, o objeto de estudo da administração, traz autonomia ao campo da administração como ciência. Salienta-se que a gestão das organizações, está, na sua episteme, relacionada a Economia Neoclássica, enquanto a administração política vincula-se a Economia Política (ALVES, 2014).

Logo, difere da administração dita profissional no que tange a gestão não só pautada na eficiência, tecnicidade e operacionalização dos processos, mas valendo-se da preocupação com a gestão das relações sociais de produção, circulação e distribuição, independentemente do sistema econômico de produção ou da época analisada, com o intuito de promover o bem-estar da humanidade (SANTOS; RIBEIRO; SANTOS, 2009).

Sendo assim, enquanto a economia política se encarrega de responder as questões relacionadas a “o que” e “para quem” produzir, a administração política busca responder a “como” produzir (RIBEIRO, 2009). Logo, a administração política está preocupada com questões amplas e complexas expressas entre o Estado, a sociedade e o mercado, em sintonia com um projeto de nação conduzido pelo Estado, para chegar a uma dada finalidade (SANTOS, 2009). Assim,

Os meios para alcançar o desenvolvimento representam o conteúdo próprio da administração política, que nada mais é senão a gestão feita pelo Estado, nas suas relações com a sociedade, para edificar uma certa materialidade, visando alcançar as finalidades, expressas no bem-estar de uma sociedade ou da humanidade (SANTOS, 2009, p. 37).

Logo, é o Estado quem deve ser o condutor do processo de desenvolvimento do país, capaz de promover o bem estar pleno das pessoas. Contudo, salienta-se que diferentemente de como se deu a atuação do Estado no processo de industrialização brasileira, agindo mais como um investidor e regulamentador, as características que o Brasil possui atualmente como os elevados níveis de riqueza, acumulação de renda e ofertas de serviços públicos universais, não permite que o Estado se pautasse naquelas questões que ocorrera anteriormente, mas que ele atue principalmente no quesito de distribuição de renda (SANTOS; GOMES, 2017).

Para isso, é necessário que se crie um projeto de nação capaz de contemplar todos os setores da sociedade e busque, através de uma análise crítica, alternativas pautadas não só em resolver os problemas de curto prazo, mas buscando resolver os problemas estruturais da sociedade com medidas de longo prazo (SANTOS; GOMES, 2017), a exemplo, o problema estrutural do desemprego que atinge milhares de pessoas no Brasil.

Dessa forma, o projeto de nação deve ser elaborado de acordo com os interesses da população como um todo, principalmente daquelas pessoas que mais precisam da atuação mais eficiente do Estado. Assim, Santos (2009, p. 47) afirma que

[...] É preciso partir das necessidades individuais não contempladas nas relações de mercado e que obstruem a conquista da finalidade. Essas necessidades individuais vão compor as necessidades coletivas (formadas a partir de uma compreensão de uma sociedade hierarquizada e excludente) e que vão conformar um conjunto de desejos que aqui chamamos de necessidade coletiva, a qual vai originar um projeto da nação (o planejamento da demanda social), que nada mais é do que o método para o construto da finalidade, portanto do bem-estar pleno da humanidade.

Assim, cabe à administração política, através da gestão das relações sociais feita pelo Estado, garantir um projeto voltado para a sociedade geral, uma vez que o sistema capitalista não contempla as necessidades de toda a sociedade. Ele fica restringido a determinados grupos em detrimento de outros, uma vez que o objetivo do setor privado é o de gerar lucro, enquanto o objetivo do Estado é de promover o bem-estar social a todos, atendendo, assim, as insatisfações que o mercado, por si só, não é capaz de atender.

## 2.2 IMPLICAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO DURANTE O PERÍODO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL: 1930-1980

O Brasil vivenciou um intenso processo de industrialização de 1930 a 1980, o qual passou de uma economia baseada nas exportações principalmente do café, para ter a indústria como a base do crescimento econômico. Para Theodoro (1998), apenas que o crescimento econômico seria capaz de tirar o Brasil da situação de subdesenvolvido, incorporando assim grande parte da mão-de-obra existente nas novas atividades que estavam surgindo nesse período.

De fato, a industrialização do Brasil promoveu um crescimento econômico assentado na lógica da expansão do capital industrial, porém foi período cheio de limitações. As dificuldades relacionadas às importações, bem como as restrições financeiras que dificultavam a implantação das bases da indústria produtiva dificultaram o processo, porém, foram superadas anos depois com o Estado sendo o condutor do processo de industrialização (BALTAR; DEDECCA, 1992).

A dinâmica do emprego industrial seguiu ritmos diferentes. Conforme analisam Baltar e Dedecca (1992), o emprego industrial cresceu 4,8% no período compreendido de 1939 a 1949, enquanto reduziu para 3% nos anos de 1949 a 1959. De acordo com os autores, essa redução se deu devido a algumas mudanças que ocorreram nos ramos das atividades, passando a predominar os ramos modernos, enquanto os ramos tradicionais acabaram diminuindo à sua participação no período, como é o caso do ramo têxtil e o alimentício, não sendo capazes de aumentar o número de empregos nesse período.

Já em 1964 o Brasil sofre um golpe civil-militar que agiu com repressões sob o campo das questões sociais e trabalhistas, trazendo medidas tais como a substituição da lei de estabilidade no emprego pela criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o arrocho salarial e a lei antigreve, dificultando, assim, a vida principalmente da classe trabalhadora brasileira (LARA; SILVA, 2016).

Assim, o período do “milagre econômico” (1968-1973), que elevou firmemente a economia do país, por outro lado, acentuou as desigualdades sociais e de renda, uma vez que não incorporou nos ganhos obtidos no período, uma boa parcela dos trabalhadores, que estavam distribuídos em atividades rurais, informais e ilegais, ficando concentrada em quem estava mais bem posicionado no mercado, bem como nos mais qualificados, aumentando a desigualdade social, concentração de renda e exclusão social (SANTOS; GIMENEZ, 2018).

Nesse contexto, Henrique (1999) aponta que o Brasil já é um país totalmente industrializado no início dos anos 60, chegando a alcançar o oitavo PIB do mundo no final dos anos 70. Ou seja, o Brasil era uma das maiores economias mundiais. No entanto, esse período “[...] envolveu a reprodução de profundas desigualdades de acesso às oportunidades, a terra e à moradia, de propriedade, de riqueza e renda, de educação, de consumo de bens e serviços essenciais ou não, privados e públicos, de benesses estatais” (HENRIQUE, 1999, p. 7). Assim, esses fatores acabaram dificultando o processo de formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao final da década de 70, mesmo que a quantidade de assalariados com empregos estáveis tenha aumentado, ainda sim representava uma parcela não tão grande da força de trabalho (BALTAR, 1996). Verifica-se que 24% das pessoas naquela época “eram trabalhadores por conta-própria, ajudavam sem remuneração um familiar conta-própria ou tinham um negócio que fazia uso de empregados.” (BALTAR, 1996, p. 76). Ainda de acordo com o autor, essa quantidade é alta quando comparado aos países desenvolvidos, que fica em torno dos 10%.

Nessa perspectiva, Theodoro (1996, p. 110) concorda com Baltar ao afirmar que,

[...] pode-se dizer que o assalariamento, neste país, cumprirá somente a metade de seu papel histórico. Ele responderá pela constituição de uma força de trabalho estável e disponível para o capital, possibilitando, dessa maneira, o desenvolvimento

de uma indústria relativamente pujante. Entretanto, o assalariamento não se generaliza, fica circunscrito a frações, ainda que importantes, da força de trabalho.

Assim, para Theodoro, durante esse período de industrialização, o Estado não estava necessariamente preocupado com o mercado de trabalho, em expandir o número de empregos e qualificar os trabalhadores, mas sim desenvolver a indústria de modo que incorporasse o necessário para que isso acontecesse.

Contudo, a crise prolongada que assolava o país desde o final da década de 70, tinha respaldo nos choques do petróleo (1973 e 1979), além da desaceleração econômica mundial que elevou as taxas de juro, tornando os compromissos externos do Brasil impagáveis, aumentando, assim, a dívida externa e interna, a inflação e provocando a diminuição dos investimentos (THEODORO, 1996) e, conseqüentemente, desestabilizando o mercado de trabalho.

Nesse contexto, o Brasil adentra em um período caótico, de recessão econômica. Também chamada de década perdida, os anos 80 põe fim a política de desenvolvimento econômico que se via até então no Brasil, o qual chegou a protagonizar uma das maiores economias mundial e dominava todos os ramos da indústria (MARINGONI, 2018).

Já nos anos 90, com o advento da globalização, o Brasil assume uma política neoliberal, abrindo espaço para privatizações, e a abertura comercial. Com isso, mesmo a economia entrando em fase de recuperação, as taxas de emprego não se mostravam favoráveis; as taxas de desemprego aumentaram ao mesmo tempo em que também houve o aumento da informalidade (CACCIAMALI, 2000).

Ao realizar um estudo sobre classes sociais e desemprego no Brasil dos anos de 1990, Quadros (2003) constata que os mais afetados podiam ser divididos entre a ótica social, compreendendo os operários e outros assalariados; e sob a ótica da faixa etária, na qual os jovens entre 15 a 24 anos eram os mais afetados.

Ainda de acordo com o acordo com o autor, o despreparo frente às exigências do mercado era a grande causa, principalmente para as classes menos favorecidas. Dessa forma, essas pessoas não possuíam mão de obra qualificada que atendesse as exigências da nova configuração do mercado e ao se encontrarem na condição de desempregados, acabavam migrando para atividades informais, mal remuneradas e até mesmo exercendo atividades em condições precárias. Nesse sentido,

A expansão do trabalho precário no Brasil resultou em grande parte das reformas liberais que acompanharam a privatização em meados dos anos de 1990. Um grande número de empresas adotou novas tecnologias e formas de organização do trabalho, o que resultou em um aumento de produtividade. Essas mudanças também significavam que menos trabalhadores eram necessários, o que levou a uma redução da força de trabalho (KALLEBERG, 2009, p. 23).

Dessa forma, o cenário que se configura no Brasil na década de 90, com o caráter neoliberal, as privatizações, a política de estabilidade de preços, a flexibilização das relações de trabalho, a reestruturação produtiva, a desestruturação do mercado de trabalho associados ao baixo crescimento econômico (KREIN, 2007), contribuíram para o aumento do trabalho precário, do desemprego e, conseqüentemente, as desigualdades sociais que se estenderam até o início dos anos 2000.

### 2.3 CONFIGURAÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO PÓS ANOS 2000

Diante de todos os problemas econômicos e sociais que vinham acompanhando o Brasil no início desse século, a partir de 2004, mais precisamente, é possível observar uma melhora na economia do país. Com a crise fiscal-financeira controlada, o Estado brasileiro

volta, então, a conduzir o processo de crescimento econômico (ALVES; ASSIS, 2014). Esse período tem seu crescimento pautado, principalmente, na inclusão social.

A economia entra em fase de recuperação assentado, principalmente, na venda de produtos manufaturados e na demanda internacional do mercado das *commodities*, ampliando assim, o saldo na balança comercial (MARINGONI, 2018). Nesse período, mais de 15 milhões de empregos formais foram criados e o desemprego chegou a atingir, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD, 2014), uma taxa média anual de 4,8% em 2014, aproximando-se, assim, do pleno emprego.

O aumento do emprego formal cresceu ainda mais nas regiões consideradas mais pobres do país, como no Norte e Nordeste, devido, principalmente, aos “impactos positivos de políticas sociais e de desenvolvimento” (SANTOS; GIMENEZ, 2018, p. 51). Assim, essa política inclusiva permitiu aumentar a renda e o poder de consumo principalmente das camadas mais pobres da população. Isso foi possível através da ênfase dada a alguns programas sociais, como programas de transferência de renda, a exemplo o bolsa-família, e com a elevação do salário mínimo (BALTAR; LEONE, 2015).

Com a elevação da renda, as pessoas passaram a ter um maior poder de compra. Assim elas tendem a consumir mais, aumentando a demanda por mais produtos e serviços, o que faz que as empresas produzam mais e que possam gerar mais empregos.

No entanto, em 2015 a economia brasileira já apresentava sérios problemas. Com a inflação atingindo os 10%, o desemprego crescendo, o endividamento das famílias e empresas também aumentaram. Neste sentido, Bresser pereira (2018, p. 8) coloca que,

Entre 2014 e 2016 o Brasil passou por grave recessão. O produto interno bruto apresentou uma queda de 7,11% e o desemprego chegou a um auge de 13,7% da população ativa. Seis milhões de brasileiros foram jogados na pobreza. Ao mesmo tempo que o Brasil entrava em recessão, em 2014, entrava também em grave crise fiscal. O superávit primário do setor público, que fechou o ano de 2013 em 1,72% do PIB, começou a apresentar uma queda expressiva nos primeiros meses de 2014, transformando-se ao final daquele ano num déficit primário de 0,57% do PIB. Com a recessão iniciada no segundo trimestre de 2014, o déficit primário aumentou ao longo de 2015, fechando esse ano em 1,85% do PIB. O Brasil entrara em crise fiscal.

Diante desse cenário, algumas medidas foram tomadas tendo em vista diminuir os gastos públicos e para promover o crescimento econômico. A Reforma Trabalhista surge como uma dessas medidas, com o intuito de modernizar as leis trabalhistas e gerar mais empregos, haja vista que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) tivera sido criada a mais de 70 anos. Além disso, também foram feitas algumas alterações na lei que regulamenta a terceirização no Brasil.

No entanto, salienta-se que essas medidas não são o bastante para elevar o bem estar da população, principalmente das camadas menos favorecidas. É necessário que essas medidas estejam integradas e que não sejam descontínuas, haja vista que a administração política do Brasil é marcada por políticas desintegradas entre si, inconclusas e que nem sempre estão alinhadas as reais necessidade da população (SANTOS; GOMES, 2017).

Assim, após a aprovação da reforma, formaram-se vários questionamentos acerca do novo cenário que se formava nas relações de trabalho. O diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Ganz Lúcio, afirmou que “a reforma foi feita com o objetivo de genérico de gerar emprego, mas sem mostrar como seriam criados”, disse Ganz. Visto isso, Freitas e Silva (2017, p. 39), atentam para o fato de que,

[...] as alterações legislativas não resolvem o problema da economia, como a falta de crescimento econômico, o aumento do desemprego e a insustentabilidade da dívida, mas apenas se servem de uma receita que empobrece os trabalhadores, que afunda as

desigualdades de classe, que diminui o poder de compra dos consumidores, que os torna mais vulneráveis diante do capital mais fortalecido.

Desse modo, ainda no ano de 2017 a redução do número de desempregados caiu de 14, 2 milhões em março para 12, 3 em dezembro (PNAD, 2017). Contudo, de acordo com os dados da PNAD (2018), a desocupação caiu de 12,4% no trimestre de abril a junho de 2018, para 11,9% de julho a setembro. Porém, os dados mostram que a queda da taxa de desocupação se deu pelo aumento do trabalho informal e do trabalho por conta própria.

E esses números só aumentam. Em dezembro de 2018 havia pouco mais de 33 milhões de pessoas empregadas com carteira assinada; o menor número registrado desde 2012. Já os dados mais recentes da PNAD mostram que em março de 2019 o número de desempregados já somam 13,4 milhões de pessoas, um percentual de 12,7%, menor do que o trimestre em igual período de 2018 (13,1%) e maior do que o último trimestre de 2018 (11,6%). Enquanto isso, o número de subutilizados alcança o número recorde de 25%.

Embora as pessoas estando desempenhando alguma ocupação mesmo que informalmente e conseguindo renda seja relativamente melhor do que não ter nenhum tipo de trabalho, concomitantemente o aumento da informalidade e de atividades sem registro na carteira, aumenta a vulnerabilidade dos trabalhadores, retiram direitos e proteção social.

Além disso, essas pessoas tendem a desenvolver atividades precárias e até mesmo ilegais, visto que não encontram melhores oportunidades. Neste sentido,

A reforma procura ampliar a liberdade das empresas manejar o trabalho de acordo com as suas necessidades, fundamentalmente buscando eliminar eventuais entraves ou obstáculos oriundos das instituições públicas. Assim, ela tem a finalidade de “legalizar” práticas de flexibilização e de redução de custos e ampliar ainda mais o cardápio de opções de manejo da força do trabalho (KREIN; ABÍLIO; FREITAS; BORSARI; CRUZ, 2018, p. 120).

Dessa forma, é possível observar que o mercado de trabalho brasileiro possui um problema estrutural de desemprego. Diante das instabilidades econômicas, amplia-se o trabalho informal, o trabalho precário e a desigualdade social, principalmente em Regiões menos economicamente dinâmicas, como é o caso do Nordeste, o que, por sua vez, reflete nos estados da região, a exemplo a Paraíba, como veremos no tópico seguinte.

## 2.4 CARACTERÍSTICAS RECENTES DO MERCADO DE TRABALHO NA PARAÍBA

Antes de iniciar a análise do mercado de trabalho na Paraíba, é importante destacar algumas características da Região Nordeste como forma de compreender melhor como a Paraíba se insere nesse contexto.

Dessa forma, salienta-se que no período de industrialização brasileira (1930-1980), a economia do Nordeste tornou-se mais um complemento à economia da Região Sudeste, que até então apresentava maior dinâmica econômica. Ao Nordeste, coube principalmente o papel de fornecedor de mão-de-obra, insumos, etc. (ALVES; ASSIS, 2014).

Além disso, Theodoro (1998), atenta para o fato do beneficiamento à região Sudeste após a integração do eixo Rio-São Paulo, fato esse que Alves e Assis (2014) corroboram ao afirmar que essa integração serviu para alocar grande quantidade dos recursos do país na Região Sudeste, em detrimento de maiores investimentos em outras regiões, como é o caso do Nordeste.

Já um pouco mais adiante, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no ano de 1959, foi possível alavancar as bases para os distritos industriais localizados na Região Nordeste. No entanto, tal processo contribuiu em maior

parte para alguns Estados, como é o caso da Bahia, Pernambuco e Ceará. O mesmo fato é percebido em cada Estado, uma vez que as capitais e os maiores municípios foram os mais beneficiados com os recursos governamentais (ALVES; ASSIS, 2014).

Nesse contexto, no Estado da Paraíba “foram criados distritos industriais em João Pessoa e Campina Grande, os quais canalizaram a maior parte dos investimentos destinados ao Estado” (OLIVEIRA, 1987; ANDRADE, 1975, apud ALVES; ASSIS, 2014, p. 17). Com isso, esses municípios acabaram por concentrar um maior poder econômico, enquanto a maioria dos demais municípios possui uma dinâmica econômica baixa e, conseqüentemente, uma maior dificuldade de gerar empregos, além de maiores taxas de vulnerabilidade social.

De acordo com o Instituto de Desenvolvimento Estadual e Municipal (IDEME, 2016), em 2014 o PIB da Paraíba apresentou um total de R\$ 52.936 bilhões, sendo que 58% desse total são formados pela soma dos PIBs dos cinco maiores municípios do Estado. Cabe salientar que o maior PIB corresponde a capital paraibana, João Pessoa, que obteve uma participação de 33%, seguido por Campina Grande que correspondeu a 14% do PIB total.

Esses dados refletem uma situação preocupante para o Estado da Paraíba, uma vez que apenas cinco municípios apresentam um PIB maior do que os 218 restantes, o que significa concentração de renda em alguns poucos municípios e baixa dinâmica produtiva nos outros. Além disso, esse fato acaba implicando no mercado de trabalho, que devido à dificuldade de gerar emprego e renda, acaba contribuindo para o aumento das atividades informais e precárias, sendo acentuadas mais ainda devido aos baixos níveis educacionais que a Paraíba possui (ANJOS, 2017). Acentuando assim, as desigualdades existentes no Estado.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar os dados apresentados no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), que mostram que em 2010 havia 13,39% da população paraibana considerada extremamente pobre e 28,93% dos paraibanos eram considerados pobres. Um indicador alarmante que, mesmo tendo sido reduzido em relação às décadas anteriores, demonstra a enorme desigualdade social que historicamente acompanha a Paraíba.

Sobre o IDHM, em 2010 esse índice era de 0,658, ficando na faixa considerada de Desenvolvimento Humano Médio. Em 1991 esse índice era de 0,382, logo, considerado Baixo Desenvolvimento Humano e no ano 2000 mediu 0,506. Esse índice é composto de três dimensões, são elas: Educação, Longevidade e Renda. Em 2010, a dimensão Longevidade alcançou o índice mais alto (0,783), seguido de Renda (0,656) e, por fim, Educação (0,555).

Nesse contexto, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE), a população da Paraíba totalizou 3.766.528 habitantes. A população em Idade Ativa (PIA) correspondeu a 3.161.232 pessoas, das quais, 1.617.710 correspondia a População Economicamente Ativa (PEA), ou seja, 51,17% pessoas ocupadas ou desocupadas, mas que estavam procurando algum tipo de emprego; e, as outras 1.543.522 correspondiam à População Não Economicamente Ativa (PNEA), o que significa 48,82% das pessoas em idade ativa que não estão trabalhando e nem procurando trabalho, ou não tem condições ou interesse em trabalhar.

Em relação à escolaridade da PIA, 61,5% eram sem instrução e fundamental incompleto. Em seguida, 13,8% tinham fundamental completo e médio incompleto. Já as pessoas com médio completo e superior incompleto alcançavam os 18,6%, enquanto os que possuíam superior completo eram apenas 5,7%. Em relação às pessoas ocupadas que compõe a PEA, as quais totalizam 1.478.168, apenas 14,32% frequentavam a escola.

Esses dados reforçam o quanto a mão de obra no Estado da Paraíba ainda é pouco qualificada, mesmo com as melhorias que aconteceram na educação, contribuindo para que essas pessoas tenha dificuldade em conseguir melhores oportunidades de trabalho, visto que muitas dessas pessoas ocupadas estão concentradas em atividades de baixo valor agregado (ALVES; ASSIS, 2018). E, conseqüentemente, estão mais propensas a receber os menores salários.

Já no que diz respeito à geração “nem-nem”, ou seja, a população jovem que nem estuda, nem trabalha, em 2010 tinha-se que 286.942 mil jovens de 15 a 29 anos pertenciam a essa geração, o que corresponde a um percentual de 27,96%.

Conforme apresenta a tabela 1, mais de 50% das pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupadas, recebiam, em 2010, até 1 salário mínimo (R\$510,00). O segundo maior percentual se refere às pessoas que recebem de 1 a 2 (19,2%), seguido das que recebem mais de 2 a 3 (4,9%).

**Tabela 1:** Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento nominal médio mensal de todos os trabalhos- Paraíba (2010).

| <b>Classes de Rendimento Nominal Médio Mensal de todos os trabalhos (salário mínimo)</b> | <b>Quantidade (pessoas) =<br/>1.478.168</b> |
|--|---|
| Até 1  | 753.922                                     |
| Mais de 1 a 2  | 283.645                                     |
| Mais de 2 a 3  | 73.164                                      |
| Mais de 3 a 5  | 61.133                                      |
| Mais de 5 a 10   | 49.019                                      |
| Mais de 10 a 20  | 19.063                                      |
| Mais de 20   | 7.582                                       |
| Sem rendimento*  | 230.640                                     |

**Fonte:** IBGE/Censo Demográfico 2010- Resultados Gerais da Amostra.

\*inclui as pessoas que receberam somente em benefícios

De acordo com Alves e Assis (2014), quando esses dados são comparados em relação ao ano de 2000, é possível observar que houve um aumento das pessoas que recebem nas classes de 1 e mais de 1 a 2 salários mínimos (63,5%). Segundo ele, esse fato está relacionado com a política de valorização do salário mínimo, como também as melhoras no quadro econômico que permitiu elevar os índices de empregos, o que se percebe, principalmente a partir de 2004.

Em relação aos setores da atividade econômica da Paraíba, observa-se a importância do setor público, concentrando o maior número de vínculos formais. Concordando com Anjos (2017), esse fato pode ser associado à dificuldade do Estado em gerar emprego e renda, principalmente nos municípios de pequeno porte, ficando dependente do setor público.

**Tabela 2:** Paraíba- Evolução de vínculos ativos, por setor de atividade.

| <b>IBGE Setor</b>                               | <b>2001</b>    | <b>2005</b>    | <b>2009</b>    | <b>2013</b>    | <b>2017</b>    |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 1-Extrativa mineral                             | 1.999          | 1.407          | 1.214          | 1.457          | 1.253          |
| 2-Indústria de transformação                    | 44.158         | 55.229         | 68.213         | 81.024         | 71.013         |
| 3-Serviços industriais de utilidade pública     | 6.746          | 8.576          | 8.348          | 7.631          | 7.355          |
| 4-Construção civil                              | 15.041         | 12.533         | 25.844         | 47.028         | 25.800         |
| 5-Comércio                                      | 38.671         | 50.983         | 73.987         | 100.731        | 103.243        |
| 6-Serviços                                      | 74.235         | 82.357         | 109.579        | 151.454        | 172.936        |
| 7-Administração Pública                         | 168.897        | 194.168        | 240.783        | 256.238        | 243.053        |
| 8-Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca. | 10.188         | 15.582         | 15.407         | 13.679         | 13.614         |
| <b>Total</b>                                    | <b>359.135</b> | <b>420.835</b> | <b>543.375</b> | <b>659.242</b> | <b>638.270</b> |

**Fonte:** BRASIL/MTE/RAIS-2019.

Como é possível observar na tabela e conforme já foi dito no parágrafo anterior, o setor público da Paraíba é o responsável por abranger uma parcela considerável de vínculos ativos no Estado. No entanto, ao longo dos últimos anos, sua participação vem sendo reduzida, saindo de 47% no ano de 2001, para 38% em 2017.

Em relação aos setores que mais cresceram de 2001 a 2017, tem-se o setor de comércio, ocupando o primeiro lugar, com 166%, seguido do setor de serviços que alcançou os 132% e em terceiro lugar, o setor da construção civil, com 71%. Enquanto isso, os setores que menos cresceram foram o setor da Extrativa mineral (-37%), seguido dos serviços industriais de utilidade pública (9%) e o setor de agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (33%).

Assim, é possível observar que o Estado da Paraíba precisa de mais investimentos, uma vez que, ficam restringidos aos maiores municípios que concentram um polo dinâmico maior, devendo, portanto, buscar conhecer quais os limites e as potencialidades existentes nos municípios menores, que enfrentam a problemática da geração de emprego e renda o que acaba ampliando as desigualdades socioeconômicas existentes, com o intuito de promover o desenvolvimento local e contribuir para o desenvolvimento do Estado como um todo.

## 2.5 SOBRE O TRABALHO NA EXTRAÇÃO DO CAULIM

De acordo com o Sumário Mineral de 2016, elaborado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DPNM) o Brasil se destaca mundialmente por possuir as maiores reservas minerais, com destaque para o Nióbio e o manganês, atingindo, em 2015 a maior produção mundial do Nióbio, com 93,7%, seguido da produção do tântalo, com 20,3% da produção mundial.

Em meio à crise econômica que atingiu o Brasil em 2015, fazendo reduzir o número de empregos formais e conseqüentemente, atingindo o setor econômico da extrativa mineral, ainda sim esse setor é de grande importância para a economia brasileira, uma vez que,

Apesar da indústria extrativa mineral representar 0,5% do estoque de trabalhadores do Brasil, esta gera um efeito multiplicador na economia, já que parte da produção mineral são insumos utilizados na cadeia produtiva da indústria de transformação e do setor de construção (DPNM, 2016, p. 14).

Dessa forma, salienta-se a contribuição do setor para a economia do Brasil e a sua interação com os demais setores econômicos. Já em relação à Paraíba o Estado se destaca, principalmente, pela produção de Bentonita atingindo a maior participação na média nacional, com uma participação de 45,2%. Além da Bentonita, o Estado também é produtor do feldspato, da mica, do tântalo (DANTAS; et. al. 2016), além do minério caulim que de acordo com a Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP), esse minério está entre os mais lavrados do Estado da Paraíba.

O caulim é um minério da cor branca ou amarelado, formado pelos silicatos hidratados de alumínio, como a caulinita e a haloisita. É um minério de grande valor para a indústria, uma vez que é usado para a fabricação de cerâmicas, esmaltes, papel, plásticos, entre outras variedades de produtos, como informa o relatório técnico sobre o perfil do caulim, do Ministério de Minas e Energia (BRASIL, 2009).

Segundo o CINEP, esse minério tem uma grande ocorrência na microrregião do Seridó da Paraíba, que é uma das 23 microrregiões geográficas do Estado e esta inserida na mesorregião da Borborema. É dividida em Seridó Oriental, que abrange os municípios de Picuí, Nova Palmeira, Pedra Lavrada, Baraúnas, Frei Martinho, Seridó, Cubati, Tenório e Juazeirinho; e em Seridó Ocidental, correspondendo aos municípios de Junco do Seridó, Salgadinho, Santa Luzia, Várzea, São Mamede, e São José do Sabugi (DANTAS, et.al, 2016). No total, a microrregião do Seridó possui uma população de 113.028 habitantes (IBGE, 2010).

Salienta-se que foi ao final do século XIX que teve início uma organização acerca da exploração de minérios na região do Seridó, devido à vinda dos técnicos norte-americanos ao Brasil na tentativa de encontrar potenciais minérios e explorá-lo (NÓBREGA; MENEZES, 2012). Contudo, a atividade foi impulsionada mais tarde, em especial, devido o apoio da SUDENE, tendo em vista o desenvolvimento da indústria mineral no Nordeste (DANTAS; et. al, 2016). E, assim outras ações governamentais, em parcerias como setor privado, foram sendo feitas ao longo do tempo, em busca de potencializar a atividade da mineração no Estado.

No entanto, mesmo sendo uma atividade importante para os municípios do Seridó, principalmente os municípios de pequeno porte que possuem poucas oportunidades de ocupação, a exemplo o município de Tenório, essa atividade na mineração ainda é marcada pela informalidade, com a presença de técnicas de trabalho arcaicas, a precarização do trabalho, irregularidades e baixos rendimentos (DANTAS; et.al, 2016).

Dessa forma, enquanto os trabalhadores formais atuam, principalmente, nas empresas de beneficiamento de minério, os trabalhadores (garimpeiros) informais atuam na extração do caulim bruto e mesmo não possuindo vínculo formal com a empresa, atuam fortemente fornecendo o minério (SILVA, 2013). Após estar pronto, o caulim é encaminhado à indústria de transformação, na qual chegará à fase de produtos de consumo final (LIMA, 2009).

Esses trabalhadores estão expostos a diversas situações prejudiciais à saúde e até mesmo a vida, devido à realização do trabalho dentro de minas, também conhecidas por banquetas, sem equipamentos de segurança adequados, além de maiores chances de desenvolverem doenças respiratórias por estarem em contato direto com o minério sem proteção e isentos de direitos do trabalho (LOURENÇO, 2016).

Nesta perspectiva, esses garimpeiros estão totalmente vulneráveis, uma vez que por não existir vínculos formais eles estão isentos de quaisquer benefícios e garantias, o que torna a atividade ainda mais precária. Como bem afirma Cacciamali acerca dos trabalhadores informais (2000), em casos de acidente de trabalho ou de problemas na saúde eles estão desprovidos de garantias tais como renda, assistência social ou seguro desemprego.

Além disso, esses trabalhadores se submetem a atividade devido às poucas oportunidades de trabalho na região, na qual atuam prioritariamente na agricultura e acabam realizando a atividade de garimpeiro principalmente nos períodos críticos da falta de água ou de piores condições de sobrevivência (RAMOS, 2007), ficando expostos à exploração do trabalho, vendendo assim a sua força de trabalho, sem contrato e desenvolvendo condições precárias de trabalho, muitas vezes com traços análogo a escravidão, como afirma Lourenço (2016).

Ainda de acordo com o autor, essa dinâmica do trabalho informal na mineração está associada ao processo de acumulação capitalista, no qual, empresas que não necessariamente estão instaladas no município local acabam se apropriando do produto final que foi iniciado pelo garimpeiro, através de facilitadores, e comercializam com um maior valor agregado, sem implicar em maiores responsabilidades no local em que foi realizada a extração.

As empresas se utilizam de atravessadores locais para adquirir o minério e assim não ficam obrigados a contratarem trabalhadores e, portanto, de cumprirem com os seus contratos trabalhistas, nem muito menos necessitam legalizar sua territorialização, o que acarretaria a obrigatoriedade de impostos junto às instâncias estatais nas variadas escalas. Diante disso, observamos uma imensa exploração da mão de obra ao mesmo tempo de uma invisibilidade dos danos ambientais e humanos envolvidos (LOURENÇO, 2016, p. 7).

Dessa forma, se faz necessário analisar o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores informais do município de Tenório, compreendendo as causas e consequências desse tipo de

atividade na vida desses trabalhadores, uma vez que se constitui uma fonte de renda, ainda que precária, mas necessária diante da falta de oportunidades presentes nesses municípios de menor porte.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo geral desse trabalho foi analisar o trabalho informal desenvolvido pelos garimpeiros que atuam na extração de caulim no município de Tenório-PB. Para o alcance do objetivo, foi feita uma pesquisa bibliográfica envolvendo basicamente uma revisão de literatura acerca dos assuntos que abrangem os temas do comportamento do mercado de trabalho brasileiro em diferentes períodos e a atividade na extração de caulim.

Assim, foi realizado um levantamento bibliográfico, uma vez que é uma etapa importante na pesquisa já que “busca esclarecer-se acerca dos principais conceitos que envolvem o tema da pesquisa, procurar um contato com trabalhos de natureza teórica, capazes de proporcionar explicações a respeito” do tema proposto para investigação (GIL, 2009, p. 61).

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica analítica com objetivo de “sumariar as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitem a obtenção de respostas” aos propósitos da pesquisa (GIL, 2009, p. 70). Além de uma pesquisa documental.

A pesquisa de campo tem uma dimensão qualitativa. Como *lôcus* da pesquisa, o estudo foi realizado no município de Tenório na Paraíba. Foram realizadas entrevistas com 16 pessoas, sendo 13 garimpeiros, selecionados pelo critério de conveniência, visto a possibilidade de realização de entrevistas que foram feitas pessoalmente com cada garimpeiro; os donos de duas empresas de beneficiamento de caulim instaladas no município, sendo uma formal e a outra informal; e a mãe de um jovem garimpeiro, o qual morreu no momento em que desempenhava a atividade.

A coleta dos dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas, marcadas com os atores envolvidos antes da data de sua realização. A execução das entrevistas ocorreu entre os meses de abril a maio dos anos de 2018 e 2019. Elas foram conduzidas pessoalmente e gravadas, por meio de um celular, com a devida autorização dos entrevistados. Dessa forma, através das gravações foi possível a transcrição das respostas.

Logo, em um primeiro momento, foram feitas as análises individuais e, em seguida, a análise comparativa de modo coletivo, na qual se buscou obter respostas com o maior volume de informações possíveis sobre o assunto. As entrevistas tiveram uma duração entre 13 a 20 minutos. Por fim, os resultados foram alcançados por meio de análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (2011), se constitui como um conjunto de técnicas precisas para a análise das comunicações.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TENÓRIO-PB

De acordo com o IBGE, o município de Tenório está localizado na mesorregião da Borborema e integra a microrregião do Seridó Oriental. Estando a 228 km da capital, João Pessoa, Tenório faz divisa ao norte com o município de Equador, no Rio Grande do Norte; a oeste faz divisa com Junco do Seridó e Assunção, enquanto ao sul faz divisa com Juazeirinho e a leste com o município de São Vicente do Seridó, todos na Paraíba (GOMES, 2015).

Possui uma área de 105, 27 km<sup>2</sup> e uma densidade demográfica de 26,75 hab./Km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Além disso, Tenório faz parte dos 194 municípios que compõem a Região

Semiárida do Estado, cuja característica principal é a escassez e irregularidade das chuvas, o que acaba dificultando a atividade agrícola do município (GOMES, 2015).

A economia de Tenório é baseada na agricultura de subsistência e no trabalho na mineração, com a extração e o beneficiamento do minério caulim, envolvendo trabalhadores formais e informais que desenvolvem a atividade, além de apresentar, em pequena escala, atividades relacionadas ao comércio e à prestação de serviços, contribuindo para a dinâmica socioeconômica do município (GOMES, 2014). Dessa forma, devido às dificuldades em produzir na agricultura de subsistência, principalmente nos períodos de escassez das chuvas, alguns agricultores acabam procurando a atividade na extração de caulim para conseguir algum tipo de renda, enquanto que para outros, se constitui a única fonte de renda.

Em relação à população, de acordo com o último Censo, era de 2.813 habitantes, sendo que 1.673 residiam na zona urbana e 1.140 na zona rural. O IDHM de Tenório em 2010 era de 0,581, ficando na faixa considerada de Desenvolvimento Humano Baixa, de acordo com Atlas Brasil (2013). Além disso, o atlas também apresenta que no ano de 2010, 13,91% de pessoas eram extremamente pobres e 28,42% consideradas vulneráveis à pobreza. Esses valores são altos, embora que ainda apresentem uma redução significativa desde os anos de 1991, no qual 79,84% eram extremamente pobres e 61,28% eram vulneráveis à pobreza, necessitando de atenção.

A faixa de idade com o maior número de pessoas, em 2010, se concentrava na população de 30 a 39 anos, com um total de 388 pessoas. Em segundo lugar está a faixa de 15 a 19 anos, com 317 pessoas e, em terceiro, a faixa entre 60 anos ou mais que abrange 302 pessoas. Assim, pode-se considerar que a população jovem é maior do que a população idosa residente no município.

Em relação à frequência à escola ou creche da população residente (2.813 pessoas), o censo apresenta que 32,02% estavam frequentando, enquanto um pouco mais da metade da população (53,82%) não estavam frequentando mais já havia frequentado e, por fim, 14,14% nunca frequentaram. Já considerando a frequência escolar das pessoas de 10 anos ou mais, as quais totalizavam 2.329 pessoas, tinha-se que 25,47% frequentavam a escola, enquanto 74,53% não frequentavam.

Em relação ao nível de instrução, 73,03% eram consideradas sem instrução e fundamental completo; seguidos de 13,80% com fundamental completo e médio incompleto; depois 11,59% com médio completo e superior incompleto e, por último, apenas 2,10% com ensino superior. Já em relação às pessoas ocupadas, que totalizava 1.039 pessoas, tinha-se que apenas 14,43% frequentavam a escola, enquanto 85,56% das pessoas ocupadas, não frequentavam. Entre as pessoas não ocupadas (1.289 pessoas), 34,36% frequentavam a escola, enquanto 65,70% não frequentavam.

Esses números refletem o quanto o município ainda possui um baixo nível de escolaridade e baixa qualificação de mão de obra, o que, conseqüentemente, acaba dificultando a inserção dessas pessoas em melhores empregos, frente às exigências do atual mercado de trabalho.

#### 4.2 UMA ANÁLISE DO TRABALHO INFORMAL DESENVOLVIDO NA EXTRAÇÃO DE CAULIM DO MUNICÍPIO DE TENÓRIO-PB

De acordo com as entrevistas, os garimpeiros relataram que o trabalho na extração do caulim teve início logo na adolescência, devido à falta de opções de trabalho, se constituindo como a única alternativa para obter renda e ajudar no sustento da família. Para isso, foi necessário abandonar a escola, devido não ser possível conciliar o trabalho no caulim com os estudos. Como relata esse garimpeiro:

Eu estudei até a quarta série... comecei a trabalhar no caulim com 16 anos. Era única opção que tinha. Aí comecei a trabalhar e às vezes chegava um carro em horário de serviço aí não tinha como estudar não. Trabalhava eu e mais dois irmãos e um parente (GARIMPEIRO I)

De acordo com esse garimpeiro, era necessário priorizar o trabalho no garimpo visto que era a única opção de trabalho e ele precisava ajudar no sustento da família. Dessa forma, além dele, outros garimpeiros não conseguiram, sequer, iniciar o ensino fundamental e outros nunca, sequer, estudaram como mostram os relatos a seguir:

Rapaz, estudar eu estudava, agora aprender eu não aprendi nada não (risos). Acho que estudei até a terceira série, por aí. Comecei a trabalhar com 17 anos (GARIMPEIRO II).

Rapaz, eu estudei, até a segunda série. Rapaz... eu comecei a trabalhar tinha, na base, uns 13 anos. Comecei na banquetta porque não tinha outro serviço né (GARIMPEIRO III).

Eu nunca estudei não. Comecei a trabalhar, eu tinha, é... 20 anos, devido que não tinha outro serviço pra gente fazer (GARIMPEIRO IV).

Dessa forma, os garimpeiros relataram que devido à baixa escolaridade tem dificuldades em conseguir outro emprego, dividindo o trabalho do caulim com a agricultura ou então, quando aparece alguma oportunidade, alguns vão trabalhar em outros estados, principalmente, na área da construção civil. Contudo, ao retornar para o município, a maioria volta para a atividade de extração de caulim. Esse fato reforça o que Alves e Assis (2018) afirmam em relação às dificuldades que as pessoas com baixo nível de escolaridade têm em conseguir empregos melhores.

Um dos garimpeiros mais jovem relata que iniciou o trabalho no caulim com 16 anos e estudou até o sétimo ano, mas, recentemente voltou a estudar após um intervalo de nove anos sem frequentar a escola. A faixa etária dos garimpeiros entrevistados é de 25 a 57 anos. Essa faixa permite salientar que há poucos jovens, atualmente, envolvidos na atividade informal de extração de caulim.

Esse fato pode ser explicado devido à população mais jovem de Tenório, entre 10 a 24 anos, corresponderem a 57,82% das pessoas que estavam frequentando a escola em 2010, de acordo com o Censo. O que pode ter sido ocasionado devido as melhorias e ampliação das oportunidades de acesso à educação que vem acontecendo nas últimas décadas no Brasil e, conseqüentemente, no Estado da Paraíba.

O trabalho no caulim inicia-se bem no início da manhã. De acordo com os garimpeiros, eles começam a atividade por volta das 03h30 às 7h e trabalham até às 12h ou até às 17h. A justificativa para o horário, segundo eles, se dá pelo fato de que a temperatura dentro das minas do caulim é alta. As minas são espécies de túneis subterrâneos, também chamados de banquetas, onde está o caulim que é extraído pelos garimpeiros.

Para realizar a escavação de uma banquetta, que tem em média 20 a 30 metros, mas podendo ter até 50 metros ou mais de profundidade, os garimpeiros utilizam ferramentas manuais e rudimentares, como marretas e picaretas. As banquetas geralmente são escavadas em propriedades de terceiros, onde tem o potencial do minério.

Após a autorização do dono da propriedade para extrair o caulim naquela terra, os garimpeiros pagam um valor por cada “carrada” de minério que eles extraem naquela propriedade. A carrada, como eles chamam, corresponde a cerca de 10 toneladas de caulim e esse valor pago aos donos da propriedade é chamado de conga, que fica em torno dos 20 reais por carrada.

Em cada banqueta trabalham de 3 a 4 pessoas, em conjunto. Os garimpeiros relatam que muitas vezes trabalham sem camisa e ate mesmo sem a bermuda, buscando ficar mais refrescados. Além disso, o interior da banqueta é escuro, e para ilumina-la eles utilizam luz de vela ou lanternas. Enquanto dois ou três garimpeiros ficam dentro da banqueta extraindo e enchendo os tambores, outro fica na parte externa puxando o tambor com cerca de 80 kilos, 120 vezes por dia (em média), por meio de uma corda que eles chamam de carretel. Esse garimpeiro relata um pouco mais sobre a dinâmica do trabalho na banqueta:

É reversado. Todo mundo participa de tudo. Às vezes eu fico em cima puxando o caulim, depois troco com o outro e vou pra baixo tirar... Lá dentro, não tem o amor à luz de vela? Lá é o trabalho à luz de velas. Se apagar uma vela ninguém vê mais nada, sai batendo um no outro (GARIMPEIRO I).

Por essa mesma corda que retira o caulim, os garimpeiros sobem e descem, entram e saem da banqueta, de 20 ou 30 metros, em média, de profundidade, sentados sobre uma tábua, enquanto o outro garimpeiro que fica na parte externa, controla a corda. Sem qualquer de tipo equipamento de segurança, os garimpeiros relatam que a única proteção que usam às vezes é a camisa amarrada no rosto para diminuir a inalação do caulim, segundo eles. Ou ainda, a camisa na cabeça pelo fato de que frequentemente as pequenas pedras de caulim se desprendem das paredes e caem sobre eles.

O medo dentro das banquetas é constante, pois, o risco de desabamento das paredes que compõem a banqueta é alto. Nas épocas de chuva no município, eles relatam que o trabalho se torna ainda mais perigoso devido a banqueta molhada ficar mais propensa a desabar. Isso é, quando da pra trabalhar, porque, segundo eles, quando a chuva enche as banquetas, eles precisam abandona-las e procurar outro local para escavar uma nova, ficando durante esse tempo sem renda proveniente do caulim, a qual, para muitos garimpeiros se constitui a única.

Desse modo, acidentes não são raros de acontecer, alguns deles sendo ate fatais. Assim, foi realizada uma entrevista com a mãe de um jovem que relata muito emocionada o dia em que aconteceu a tragédia com seu único filho, que nesse mesmo dia estava completando dezessete anos de idade.

Depois de uma chuva apareceu o minério aqui em cima da terra. Aí ele começou essa banqueta aí. Eu disse: meu filho, não trabalhe não. Ele trabalhava porque gostava né... Porque eu pedia e ele dizia: mãe, eu quero trabalhar, eu quero “arranjar” o meu dinheiro! Aí eu olho pra foto dele e às vezes me lembro das “munhecas” dele quebradas... As “munhequinhas” dele quebraram todas duas... (lágrimas). Aí pronto, eu não sei não, tinha um pilar dentro da banqueta que soltou da laje e pegou nele e jogou lá na frente...

Além desse jovem que teve sua vida interrompida enquanto desenvolvia esse trabalho precário, outros garimpeiros relatam que quase perderam às suas vidas durante o trabalho na extração do caulim.

Conheço muita gente que já se acidentou trabalhando. Tem muita gente que já quebrou perna... Teve um dia que nós trabalhamos ate 9h, quando foi 10h caiu tudo. Se a gente tivesse dentro, tinha morrido todo mundo (GARIMPEIRO I).

Eu ia morrendo... Fui “bater” em Campina Grande, no trauma (hospital). A barreira veio e me cobriu todinho, sabe?! Aí eu fiquei morrendo sem fôlego ate os outros vim me tirar de dentro da banqueta. Ainda hoje meus “peitos” doem (GARIMPEIRO III)

De acordo com o relato desses garimpeiros, é possível perceber o quanto o trabalho na extração de caulim é precário e perigoso. Além desses garimpeiros, outros relatam acidentes

também sofridos durante o trabalho, como é o caso do garimpeiro que foi atingido pela barreira do caulim que deslizou e acertou parte da sua perna e o seu pé. Ele relata que antes da barreira deslizar caiu uma pedra pequena. Segundo ele, foi um “aviso” e logo depois ele correu, no entanto a barreira ainda conseguiu alcançá-lo.

Esse acidente resultou da perda do movimento do pé, de modo que ele não conseguiu mais voltar a trabalhar depois do ocorrido. Com isso, ele relata que foi até o INSS e conseguiu a aposentadoria ao afirmar que o acidente tivera sido provocado pela agricultura, conseguindo, assim, tal benefício. No momento do acidente esse garimpeiro prestava um “serviço informal” para uma das empresas de beneficiamento de caulim do município, comumente chamadas de decantamento.

Por se tratar de um trabalho informal, ele não possui direitos trabalhistas, como bem afirma Cacciamali (2000). Quando ocorrem esses acidentes, eles ficam desprovidos de quaisquer benefícios. Além disso, esses garimpeiros trabalham de modo ilegal, visto que não possuem licença de nenhum órgão competente para extrair o caulim.

Sendo assim, quando perguntados sobre a possível busca de alguma lei que os garantisse um mínimo de proteção, eles relatam que não procuram leis, nem direitos, pelo risco dos órgãos competentes realizarem fiscalizações e interditar as banquetas, como eles relatam que já aconteceu anteriormente, deixando esses garimpeiros às margens do mercado de trabalho.

Logo, desempregados e sem alternativas, eles acabam extraído o minério sem autorização, de forma clandestina. Assim, o caulim extraído é vendido às empresas de beneficiamento (decantamento), onde o minério passará por diversos processos até estarem prontos para ser encaminhados para a indústria. No decantamento, esses processos são realizados pelos trabalhadores formais da empresa, os quais possuem carteira assinada e, conseqüentemente, todos os direitos assegurados. Todavia, não estando isentos do trabalho precário no caulim.

Ao contatar o dono de uma das maiores empresas de beneficiamento de caulim instaladas no município, ele afirmou que a empresa atualmente conta com cerca de 20 funcionários. Dessa forma, se constitui uma atividade importante para o município, visto que gera emprego e renda para diversas famílias. No entanto, também são comuns essas empresas “contratarem” informalmente os serviços dos garimpeiros para extrair o caulim em determinado local e por determinado tempo, gerando impactos econômicos, sociais e ambientais no município.

Também existem as atividades dos decantamentos informais, que compram o caulim extraído pelos garimpeiros, realizam algumas partes dos processos por meio dos trabalhadores que trabalham por contrato e recebem, segundo o dono de um dos decantamentos entrevistado, a remuneração por produção. Logo após todo esse processo, o caulim é vendido às empresas de beneficiamento do próprio município que depois irá vender às empresas de outros municípios ou para a indústria.

Essa dinâmica é percebida por Lourenço (2006) ao afirmar que esses decantamentos são os “atravessadores” que facilitam o caulim chegar até às empresas que não precisam estar instaladas no município e, portanto, não contratam funcionários. Apenas se apropriam do que é extraído no município, a um valor baixo em relação aos garimpeiros que o extraem, e comercializam agregando um valor maior no produto final.

De acordo com o dono de uma dessas empresas formais e o dono de uma empresa informal, ambas instaladas no município, eles afirmam que existem muitas dificuldades para trabalhar com a atividade de beneficiamento de caulim, e uma delas é o excesso de fiscalização, segundo eles, por parte dos órgãos competentes. Todavia, o caulim é um recurso natural e, por esse motivo, precisa de licença dos órgãos ambientais competentes. Além disso,

outros recursos também estão envolvidos na atividade de beneficiamento do caulim, como a lenha, usada nos fornos, e a água utilizada nos diversos processos de beneficiamento.

Diante disso, os garimpeiros são vulneráveis financeiramente pelo fato de não ter salários fixos; e socialmente, devido estarem exposto á riscos constantes sem nenhum direito. Eles relatam que vendem a carrada de caulim, ou seja, cerca de dez toneladas do minério, por volta de R\$ 140,00. De acordo com eles, se a banqueta for “boa”, ou seja, tiver muito caulim, eles conseguem extrair mais e, conseqüentemente, receber mais.

O valor total recebido no final do mês pela venda do caulim aos decantamentos é dividido entre os garimpeiros que atuam em conjunto na banqueta, além do valor que é retirado para o pagamento da conga. De acordo com os garimpeiros, eles recebem em média, menos de um salário mínimo por mês. Como afirma esse garimpeiro:

Quando a banqueta não é muito boa, aí o problema é grande... Mês passado mesmo a gente só tirou 15 carradas. Deu 500 “contos”. Só da pra fazer a feira do mês mesmo e pagar umas continhas (GARIMPEIRO V).

Outros garimpeiros relatam que muitas vezes a renda proveniente do caulim não dá para pagar todas as suas dívidas ou pra fazer a feira do mês no supermercado e que alguns auxílios dos quais a família é beneficiada é o que ajuda a complementar a renda, como o programa bolsa-família.

Assim, esse trabalho informal e precário vivenciado pelos garimpeiros no qual eles não têm alternativas a não ser serem obrigados a vender a sua força de trabalho, faz com que eles também percebam a exploração a que são submetidos, como afirma esse garimpeiro:

É pesado né... Trabalhar no caulim é pesado e arriscado. E trabalha mais pra “da vida” aos outros, né?! O “caba” trabalha, trabalha, trabalha e nada tem né.

Cabe ressaltar que durante a realização dessa entrevista o garimpeiro encheu os olhos de lágrimas ao relatar o quanto é degradante trabalhar no caulim. Esse garimpeiro que tem 49 anos de idade relata que desde os 15 anos desempenha essa atividade precária e sem perspectiva de melhorias. Ele mora com o irmão em uma pequena casa na zona rural e divide a atividade do caulim com o trabalho na agricultura.

Diante disso, todos os garimpeiros afirmam que o trabalho no caulim é perigoso e que se houvessem outras oportunidades melhores no município ou na Região eles não desempenhariam o trabalho no garimpo. No entanto, as poucas oportunidades existentes, além da pouca escolaridade, dificulta a inserção dessas pessoas em atividades formais e menos degradantes. Assim, o trabalho no caulim se constitui uma alternativa de garantir a sua sobrevivência.

Visto isso, é possível afirmar que a atividade no caulim, quando desenvolvida de formal legal, se constitui uma atividade que gera emprego e renda para os municípios menos dinâmicos economicamente. Na qual, encontram um meio para garantir a sua sobrevivência em um país tão desigual.

No entanto, ao passo em que o mercado opera livremente, assentado na lógica da acumulação de lucro e mais lucro, ele acaba cometendo abusos, como a superexploração do trabalhador, que não tem alternativa a não ser serem explorados. Desse modo o bem-estar desses trabalhadores não é digno de ser alcançado, visto que fica restringido a alguns (detentores do capital), em detrimento de outros.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil vivenciou diferentes etapas do processo de desenvolvimento econômico, com destaque para o período de 1930 a 1980, período no qual teve o Estado como condutor desse processo. Esse período foi importante para o mercado de trabalho, com o crescimento econômico assentado na indústria, houve um processo de estruturação do mercado, abrangendo uma maior quantidade de pessoas em ocupações mais estáveis.

No entanto, a década de 80 parece colocar fim nesse período de desenvolvimento econômico, e principalmente na década de 90, momento no qual o mercado passa a agir mais livremente, sem uma intervenção e regulamentação forte do Estado, abrindo espaço para a flexibilização do trabalho e a retirada de direitos sociais, com o intuito de facilitar as contratações e aumentar o número de empregos. No entanto, observa-se que esses fatores acabam abrindo espaço para o aumento da informalidade e da precarização do trabalho, bem como aumento da vulnerabilidade do trabalhador.

Salienta-se que ao abrir essa possibilidade de atuação do mercado, a administração política passa a ser subordinada aos interesses do capital, deixando o campo social de lado e preocupando-se apenas com uma parcela da sociedade, visto que dela virá o lucro que o mercado tem interesse, deixando, assim, de satisfazer aos interesses da sociedade como um todo.

O mesmo percebe-se nos momentos de maior incerteza e instabilidade econômica, no qual o mercado dita as regras do jogo e são tomadas medidas que atendam aos seus interesses em particular, como é o caso da Reforma Trabalhista, que se constitui uma medida que não atende aos interesses da classe trabalhadora como um todo e não serve para resolver o problema estrutural do desemprego que o Brasil enfrenta.

Esse problema tende a ser ainda maior em Regiões que são historicamente mais desiguais, como é o caso do Nordeste e na Paraíba, que possui uma dinâmica econômica não tão intensa, principalmente em município de pequeno porte, como é o caso do município de Tenório. Soma-se a isso o fato da Paraíba ainda possuir uma mão de obra pouco qualificada.

Em momentos de fragilidades na economia, se observa a ampliação do mercado de trabalho informal e precário e até mesmo ilegal, como é o caso da atividade desenvolvida na extração de caulim, visto que os trabalhadores não encontram espaço no mercado de trabalho formal e, na luta pela sobrevivência, acabam desenvolvendo atividades que colocam em risco até mesmo às suas vidas.

É preciso que se busquem medidas que reduzam os impactos negativos da atividade de mineração na Paraíba no campo econômico, social e ambiental, de forma que se busque conhecer quais são as limitações existentes na atividade, bem como às suas potencialidades, de modo que essa atividade venha a contribuir mais fortemente com o desenvolvimento local e, conseqüentemente, como o desenvolvimento do Estado como um todo.

Com isso, é necessário que a administração política do Brasil esteja pautada na elevação do bem-estar pleno de toda a sociedade, de modo que seja possível compreender quais as reais demandas da coletividade, buscando soluções que não sejam apenas de curto prazo e que considere os problemas estruturais existentes no Brasil, como é o caso do desemprego.

Além disso, é necessário que haja a integração de todas as áreas, como a educação, saúde, infraestrutura, etc., em um plano de desenvolvimento da nação, visto que constituem questões essenciais para o desenvolvimento da sociedade, bem como a formulação de políticas públicas e sociais eficientes, voltado para a redução das desigualdades e elevação da qualidade de vida para as pessoas, principalmente daquelas que mais precisam da atuação do Estado.

## REFERÊNCIAS

ATLAS BRASIL. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. **Consulta das cidades**, 2013.

ANJOS, R. L. Dinâmica do emprego formal no estado da Paraíba (2002-2015). In: XV ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 2017, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2017, 10 p.

ALVES, R. A. S. **Gestão da saúde nas macrorregiões da Paraíba**: Uma análise a luz da administração política. 2014. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em administração) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

ALVES, J. S.; ASSIS, R.S. A dinâmica do mercado de trabalho paraibano nas décadas de 1990 e 2000. In: OLIVEIRAS, R. V. (Org.). **Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba**: leituras sociológicas. 1 ed. Campina Grande-PB: EDUEPB, 2014.

ABÍLIO, L.; BORSARI, P.; CRUZ, R.; FREITAS, P.; KREIN, J. D. Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. In: KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas, SP, 1<sup>o</sup> edição, 2018, p. 95-122.

ANDRADE, L. G.; DANTAS, J.; GOMES, R. A.; LEITE, I. R.; TEIXEIRA, L. Q. F. A trajetória da mineração no Seridó paraibano. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DA DIVERSIDADE DO SEMIÁRIDO. v. 1, 2016, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Realize Eventos e Editora, 2016, 12 p.

BALTAR, P.E.A.; DEDECCA, C.S. Notas sobre o mercado de trabalho no Brasil durante a industrialização restringida. **Cadernos do CESIT**. Campinas, n.12, 1992.

BALTAR, P. E. A. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 6, p. 75-111, 1996.

BALTAR, P.; LEONE, E. Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. **Estudos avançados**, 29, (85), 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Em busca do desenvolvimento perdido**: um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV editora, 2018. 118 p.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Perfil do Caulim**, 2009. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/>> Acesso em: 18 mai. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Base estatística RAIS e CAGED**. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/>>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA PARAÍBA (CINEP). **Polo mineral**. Disponível em: <[http://www.cinep.pb.gov.br/portal/?page\\_id=296](http://www.cinep.pb.gov.br/portal/?page_id=296)> Acesso em: 15 mai. 2019.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. In: **Economia e Sociedade**, Campinas: Unicamp. I.E., n. 14, p. 153-174, jun. 2000.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM). **Sumário Mineral 2016**. Disponível em: <<http://www.anm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/sumario-mineral>> Acesso em: 15 mai. 2019.

FREITAS, A. M. A.; SILVA, C. F. A reforma trabalhista e a implementação de políticas de reducionismo de direitos sociais: crise e austeridade em tempos de golpe. In: GIORGI, F. et al. (Orgs.). **O golpe de 2016 e a reforma trabalhista**. Bauru, SP, 1º edição, 2017, p. 24-40.

GIL, A. C. Como elaborar projeto de pesquisa. São Paulo, Atlas, 2009.

GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. Desenvolvimento, competitividade e a reforma trabalhista. In: GIMENEZ, D.M.; KREIN, J.D.; SANTOS, A.L. **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. 1 ed. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2018.

GOMES, V. L. L. **Perfil do migrante rural na periferia da cidade de Tenório-PB**. 2014. 60 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Centro de Educação, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

GOMES, V. B. **A utilização da fruticultura como fonte de desenvolvimento sustentável no município de Tenório-PB**. 2015. 35 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública)- Pró –Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à distância, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015.

HENRIQUE, W. **O capitalismo selvagem: um estudo sobre desigualdade no brasil**. 1999. 246 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010RgaAdAgsn.asp>> Acesso em: 20 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Base de dados: Contas regionais**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> Acesso em 02 mai. 2019

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2017-2019**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 02 mai. 2019

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E ESTADUAL (IDEME). **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado da Paraíba 2014**. Disponível em: <<http://ideme.pb.gov.br/servicos/pib>> Acesso em: 15 mai. 2019.

KALLEBERG, A. L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**. São Paulo, v. 24 n. 22, p. 21-30, 2009.

KREIN, J. D. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005**. 2007. 329 f. Tese (Doutorado em Economia Social e do Trabalho) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LÚCIO, C. G. Cepal diz que reforma poderá reduzir as receitas da Previdência Social. **Agência Câmara Notícias**, Brasília, 3 jul. 2018. Entrevista concedida a Lara Haje. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/559834-CEPAL-DIZ-QUE-REFORMA-PODERA-REDUZIR-AS-RECEITAS-DA-PREVIDENCIA-SOCIAL.html>> Acesso em 10 de outubro de 2018

LIMA, E. M. **Doenças respiratórias associadas à atividade mineradora de Parelhas, região do Seridó norte-riograndense**. 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal: UFRN, 2009.

LOURENÇO, N. P. A dominação do capital sobre o território da mineração e a precarização das relações de trabalho na região do Seridó da Paraíba. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. 2016. São Luís/MA. **Anais...** São Luís//MA, 2016, 12 p.

MARINGONI, G. Viralatismo em marcha: golpe visa redefinir lugar do Brasil no mundo. In: SOUZA, J; VALIM, R. (Coords.). **Resgatar o Brasil**. 1 ed. São Paulo: Editora Contracorrente/Boitempo, 2018.

NÓBREGA, J. A. S; MENEZES, M. A. Homens “subterrâneos”: o trabalho informal e precário nos garimpos de Junco do Seridó. **Raízes- Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. v. 30, n. 2, p. 142, 2010.

QUADROS, W. Classes sociais e desemprego no Brasil dos anos 1990. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 1, p. 109-135, 2003.

RAMOS, A. J. S. **Mineração e exploração do trabalho na província pegmatítica Borborema-Seridó**. 2007. 297 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

RIBEIRO, E. M. Revisitando o conceito de administração política. In: SANTOS, R. S. (Orgs). **A administração política como campo do conhecimento**. 2 ed. Salvador: FEAUFBA; São Paulo: Hucitec-Mandacaru, 2009.

SANTOS, R. S. Em busca da apreensão de um conceito para a administração política. In: \_\_\_\_.(Orgs). **A administração política como campo do conhecimento**. 2 ed. Salvador: FEAUFBA; São Paulo: Hucitec-Mandacaru, 2009.

SILVA, M. A.; LARA, R. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 122, p. 275-293, 2015.

SILVA, B. I. C. **O beneficiamento do caulim no distrito barra de Juazeirinho - PB: análise de uma atividade econômica com reflexos ambientais**. 2013. 35 f. monografia (licenciatura plena em geografia) – Centro de Integração Acadêmica, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2013.

SANTOS, R. S. Em busca da apreensão de um conceito para a administração política. In: \_\_\_\_.(Orgs). **A administração política como campo do conhecimento**. 2 ed. Salvador: FEAUFBA; São Paulo: Hucitec-Mandacaru, 2009.

SANTOS, R. S.; GOMES, F. G. **Outro modo de interpretar o Brasil: Ensaio de administração política**. São Paulo: Hucitec, 2017.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; SANTOS, T. C. S. Bases teórico-metodológicas da administração política. **Revista Brasileira de Administração Política**, Salvador, v. 2, n. 1, abril, 2009.

THEODORO, M. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: **L'intervention étatique sur l'informel au Brésil**, Université Paris I – Panthéon – Sorbonne, Paris, 1998. p. 91- 126.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por nunca desistir de mim, me proporcionando força, fé e coragem para seguir o meu caminho; bem como à minha mãe e rainha, Nossa Senhora de Fátima, por cuidar tão bem de mim. Agradeço a minha família, em especial meu pai Marcos Antônio e minha mãe Dalvina Maria, por enxergarem em mim um sinônimo de orgulho, fazendo tudo o que podiam para que eu chegasse até aqui.

Meus tios Cezário e Maria do Socorro, os quais nunca mediram esforços para me ajudar, sendo fundamentais para essa realização, agradeço de coração. Aos meus irmãos, Matheus e Mônica, obrigada por todo o apoio, meu namorado Vítor, sempre me incentivando a ir além e minha sobrinha Júlia Hellen, que chegou para trazer mais felicidade e amor a minha vida. Amo vocês!

Às minhas amigas, em especial Poliana Dantas, agradeço por todo apoio e companheirismo até mesmo nos momentos de estresse (que não são poucos rsrs). Também as amigas que conquistei durante a graduação - as “Jovens Moças ADM’s” e as “Patricinhas” - Ana Maria, Brena Mikaelly e Mikaelly Mirelly, obrigada por cada momento, cada risada, cada puxão de orelha enfim, por tudo! Que a nossa amizade permaneça eternamente. Também agradeço as minhas colegas as quais convivi na residência universitária, em especial a Bianca, que se tornou uma grande e querida amiga.

Sou grata à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), por ter me proporcionado um vasto mundo de conhecimento e experiências; ao Departamento de Administração e Economia – DAEC, a todos os professores do curso de Administração e também as pessoas que fazem parte do Departamento de Ciências Sociais que sempre me acolheram tão bem.

Quero destacar o professor Geraldo Medeiros Júnior, pessoa que tenho uma enorme satisfação em ter sido sua aluna e estou grata por ter me aceitado como sua orientanda. Agradeço por acreditar em mim e por nunca medir esforços para me ajudar a crescer na vida acadêmica e profissional. E, não menos importante agradeço de todo coração à professora Waltimar Batista Rodrigues Lula, a quem admiro muito. Minha orientadora PIBIC que foi fundamental na minha formação, além de ajudar a despertar em mim o desejo de seguir na área acadêmica. A vocês, toda a minha gratidão, carinho e admiração.

Agradeço também ao professor Brunno Gaião pela participação na banca e as contribuições que serão dadas ao meu trabalho. Por fim, peço desculpa se por acaso deixei de citar mais alguém, mas agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente me ajudaram e me apoiaram durante toda essa caminhada. Que Deus abençoe a vida de todos!